



**PROCESSO: N° 502548/2018**

**ASSUNTO: Aposentadoria**

**PROCEDÊNCIA: IGEPREV**

**INTERESSADA: Vanete Barbosa de Andrade**

Tratam os autos de aposentadoria em favor de **Vanete Barbosa de Andrade**, no cargo de Professora Classe Especial, nível 1, pertencente aos quadros da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, nos termos da Portaria RET AP n° 4734, de 10/10/2022, (peça 2 – Expediente 014746/2022), remetida pelo IGEPREV, em atendimento à recomendação desta Corte de Contas, quanto a redução da parcela relativa ao Adicional por Tempo de Serviço- ATS, de 60% para 50%, conforme Relatório Técnico da CPP (peça 5).

Remetido os autos ao órgão técnico, este se manifestou favoravelmente pelo deferimento do registro, tomando por base, entendimento firmado pelo STF, o qual firmou tese sobre atos sujeitos ao prazo decadencial de 5 (cinco) anos para julgamento da legalidade dos atos concessórios de aposentadoria, reforma ou pensão.

Encaminhado os autos ao Ministério Público de Contas ratificou integralmente o entendimento da seção técnica, opinando favoravelmente pelo deferimento do registro do ato, assim como, assentiu tese do STF quanto aos princípios da segurança jurídica e confiança legítima quando da tramitação de processos de aposentadorias nas Cortes de Contas ultrapassar mais de 5 anos.

É o Relatório.



**VOTO:**

Considerando o atendimento dos requisitos para a realização da análise dos autos, assim como seguindo posicionamento do STF, acompanho a manifestação do órgão técnico e parecer do Ministério Público defero o registro do ato de aposentadoria.

Belém, de 2023.

**Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA**

**Relator**